



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Trabalho profissional.

A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES PROFISSIONAIS DESENVOLVIDAS NO CRAS

CARINA BERTA MOLJO¹
JANAINA APARECIDA PARREIRA²
TAMARA DUARTE RAMOS³

Resumo: O trabalho resulta de uma pesquisa concluída, e tem por objetivo analisar elementos acerca da dimensão socioeducativa presente no exercício profissional dos assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social de Juiz de Fora/MG. A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica e empírica através de observações e entrevistas em profundidade com as assistentes sociais do referido município. Destacamos que esta dimensão está presente desde a gênese da profissão, constituindo o exercício profissional e indicamos a necessidade de ser fortalecida mediante ações socioeducativas pautadas numa perspectiva crítica reforçando o compromisso com o Projeto Ético-Político profissional.

Palavras-chave: Exercício profissional; Dimensão socioeducativa; Centro de Referência de Assistência Social.

Abstract: The work is the result of a completed research, and aims to analyze elements about the socio-educational dimension present in the professional practice of the social workers who work in the Reference Centers of Social Assistance of Juiz de Fora / MG. The methodology used consists of bibliographical and empirical research through in-depth interviews with the social workers of the mentioned municipality. We emphasize that this dimension is present since the genesis of the profession, constituting the professional exercise and indicate the need to be strengthened through socio-educational actions based on a critical perspective reinforcing the commitment to the Professional Ethical-Political Project.

Keywords: Professional exercise; Socio-educational dimension; Reference Center for Social Assistance.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é proveniente da pesquisa intitulada: “Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: <janainaufjss2011@outlook.com>.

³ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Juiz de Fora.

dos assistentes sociais e usuários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS” – financiada pelo CNPq e pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Nesta pesquisa estavam inseridos alunos do mestrado em Serviço Social, bem como alunas de iniciação científica e treinamento profissional do curso de Serviço Social – UFJF, coordenada por uma docente do programa/CNPq. A pesquisa supracitada tinha por objetivo compreender o exercício profissional do assistente social nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e a interseção com Projeto Ético Político do Serviço Social. Ao mesmo tempo procurou conhecer quem eram os usuários da assistência social, principais destinatários do trabalho do assistente social e conhecer quais as mudanças percebidas na vida por estes sujeitos no seu cotidiano.

Para alcançar os objetivos propostos a pesquisa desenvolveu-se a partir de análises teóricas, observações participantes e entrevistas com assistentes sociais e usuários da política de assistência social em Juiz de Fora/MG⁴. Foram realizadas 60 (sessenta) observações participantes nos CRAS's, com a duração de 04 (quatro) horas cada, tendo como eixos analíticos o exercício profissional e os sujeitos destinatários da política de assistência social. Posteriormente, foram realizadas 16 (dezesesseis) entrevistas com assistentes sociais inseridos em 05 (cinco) dos 09 (nove) CRAS's do município de Juiz de Fora/MG, e 41 entrevistas com os usuários referenciados em 07 (sete) dos 09 (nove) CRAS's do referido município⁵, sendo que para a construção deste texto, trabalharemos com o eixo analítico do exercício profissional, tendo por objetivo refletir acerca da dimensão socioeducativa presente no exercício profissional do assistente social, dando ênfase às ações socioeducativas desenvolvidas nos CRAS's.

Conforme situamos brevemente, a pesquisa de campo ocorreu no município de Juiz de Fora/MG que apresenta algumas particularidades, dentre elas, a execução das ações, programas e projetos previstos no Sistema Único

⁴ As observações participantes foram realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2013 e as entrevistas entre os meses de setembro a novembro de 2015.

⁵ Todos os assistentes sociais e usuários entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando em participar da pesquisa e consentindo com o uso dos dados coletados nas entrevistas para a produção de conhecimento. Este termo também prevê o sigilo absoluto das informações que possam levar à identificação da pessoa entrevistada.

de Assistência Social (SUAS) – criado em 2005 - sob responsabilidade da AMAC⁶ (Associação Municipal de Apoio Comunitário), uma instituição privada sem fins lucrativos, que possui financiamento público devido ao vínculo com a prefeitura municipal de Juiz de Fora. Além disso, até o momento em que realizamos as entrevistas, todas às profissionais que atuavam nos CRAS's eram contratadas via CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) pela AMAC⁷.

Consideramos importante destacar que este trabalho busca contribuir com o conhecimento acerca da dimensão socioeducativa do Serviço Social e a sua articulação com o exercício profissional no âmbito do SUAS, nas particularidades apresentadas nos CRAS's. Desta forma o trabalho que aqui apresentamos se subdivide da seguinte forma: em um primeiro momento refletimos sobre o Serviço Social enquanto profissão e área de produção de conhecimento, destacando a dimensão política da profissão e a sua relação com a dimensão socioeducativa. Em um segundo momento, apresentaremos alguns dados da pesquisa de campo que buscam reconstruir no plano teórico os elementos presentes no cotidiano do exercício profissional. Por fim, apresentaremos algumas considerações finais, no sentido de refletir sobre o exercício profissional e às possibilidades de um “fazer” profissional comprometido com o Projeto Ético-Político.

2. SERVIÇO SOCIAL E AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS PRESENTES NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Partimos da compreensão que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho que possui como objeto de intervenção as múltiplas expressões da questão social (IAMAMOTO, 2015)⁸.

⁶ A AMAC foi criada em 08 de janeiro de 1985, sendo constituída com o objetivo de desenvolver projetos na área da assistência social. Para mais informações sobre a instituição, consultar: <http://amac.org.br/>.

⁷ Esta realidade pode ter sofrido algumas alterações, considerando que a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, em 2016 realizou Concurso público para o cargo de Técnico social - Assistente social, e estes profissionais estão sendo convocados desde o início de 2018.

⁸ “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade

Historicamente a profissão foi marcada pelo seu caráter interventivo, sendo que nas últimas 04 décadas⁹, vem se destacando também no âmbito da produção de conhecimentos¹⁰. Para Yazbek (2009) o Serviço Social deve ser analisado a partir da sua inserção no âmbito das relações sociais que constituem o modo de produção capitalista e no âmbito das repostas que o Estado e a sociedade constroem frente às expressões da questão social, situando neste processo o exercício profissional do assistente social que é polarizado por interesses contraditórios das classes sociais, expressa na relação capital versus trabalho.

[...] a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama. Permite também apreender as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho do assistente social. Objetivas: no sentido de considerar os determinantes sócio-históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas. Subjetivas: no sentido de identificar a forma como o assistente social incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer profissional. Supõe, portanto, também descartar visões unilaterais da vida social e da profissão, deixando de considerar, por um lado, as determinações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais sobre o exercício profissional do assistente social e, por outro, o modo como o profissional constrói sua intervenção, atribui-lhe significado, confere-lhe finalidades e uma direção social (YAZBEK, 2009, págs. 129-130).

Ainda sob este aspecto cabe frisar que no exercício profissional o assistente social contribui para a manutenção dos interesses das classes dominantes, bem como atende às demandas e necessidades do conjunto da

humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (...). Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2015, p. 17).

⁹ Período marcado pela consolidação da vertente denominado por Netto (1996) como de Intenção de Ruptura, vinculada à interpretação crítica da realidade tendo como principal suporte teórico a vertente teórica inaugurada por Marx.

¹⁰ Ana Elizabete Mota (2012) ressalta a dimensão intelectual do Serviço Social considerando-o também como área de conhecimento, tendo em vista sua vasta produção intelectual e a sua inserção como área do conhecimento das ciências sociais aplicadas, reconhecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). “Ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão” (MOTA, 2012, p.17).

classe trabalhadora, portanto, segundo Yazbek (2009, p.130) “não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação”. E é pela mesma atividade, conforme situam Iamamoto e Carvalho (2011, p.75), que o assistente social pode vir a fortalecer um polo em detrimento do outro através de um conjunto de mediações, dessa forma, consegue “dar respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história”.

Iamamoto (2015) destaca que o assistente social é um trabalhador assalariado que vende a sua força de trabalho, embora a profissão disponha de alguns traços que a caracterizam como liberal: um Código de Ética Profissional e “o caráter não rotineiro da intervenção, viabilizando aos agentes especializados uma certa margem de manobra e liberdade no exercício de suas funções institucionais”. Esta condição de assalariamento implica em determinações e influências dos empregadores sobre o trabalho profissional, tendo ingerência na delimitação dos objetos de intervenção, nas condições em que o trabalho profissional é realizado, entre outras. Ou seja, “a condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho, impregna o trabalho profissional de dilemas de alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores” (IAMAMOTO, 2015, p.215).

Apesar das imposições do mercado de trabalho e dos empregadores, o assistente social no seu exercício profissional dispõe de uma relativa autonomia¹¹ que lhe é resguardada pelas legislações profissionais, e que permite imprimir um direcionamento social as suas ações profissionais de acordo com o Projeto Ético-Político e o Código de Ética Profissional.

A análise das particularidades do trabalho do Serviço Social desenvolvido junto às classes subalternas situa necessariamente este trabalho numa dimensão eminentemente política, colocando em

¹¹ “Essa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados” (IAMAMOTO, 2015, p.57- 58).

questão o significado e a direção social desta ação profissional. O que se pretende assinalar é que este significado e a direção social do trabalho profissional se explicam a partir e no conjunto das relações e dos projetos colocados em confronto na trama social (YAZBEK, 2009, p.137).

Yazbek (1996) caracteriza as ações profissionais dos assistentes sociais no cotidiano profissional em duas dimensões: a primeira delas através da prestação de serviços socioassistenciais, e a segunda através do trabalho socioeducativo. A dimensão socioeducativa da profissão pode assumir um caráter de enquadramento disciplinador para com os usuários, assim, como pode fortalecer os projetos e lutas dos segmentos subalternizados. Logo, a dimensão socioeducativa não é algo exterior a prestação de serviços assistenciais, mas é uma possibilidade de imprimir direção social a nossa ação profissional. O assistente social possui relação direta com a condição subalterna dos usuários, uma vez que existe a possibilidade de nossos atendimentos tratarmos as demandas como individuais, ou considerarmos o seu caráter coletivo e de classe (YAZBEK, 1996).

A dimensão socioeducativa do Serviço Social é inerente à profissão, podendo ser identificada desde a sua gênese. Ao longo da trajetória histórica da profissão, pode-se constatar que esta dimensão assumiu diferentes direções. Inicialmente vinculada ao caráter educativo conservador, num viés de enquadramento a ordem social. Posteriormente, foi se modificando, na década de 1950 assumindo posturas mais “modernizadas”, mas ainda numa perspectiva conservadora e finalmente, a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, assumindo uma postura crítica. Essa transformação tem como principal marco a influência da tradição marxista a partir da vertente de intenção de ruptura que emergiu no processo de renovação do Serviço Social tratado por Netto (1996). É claro que estas direções coexistem até hoje no Serviço Social, apresentando novas conotações, considerando que se passaram mais de 40 anos da Renovação do Serviço Social.

Esta dimensão pode ser considerada como transversal as dimensões constitutivas da profissão: a dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Santos (2013) destaca que as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, apesar das particularidades

que apresentam, visto que cada uma possui suas especificidades, são indissociáveis, representando assim uma “unidade na diversidade”. Na prática profissional do assistente social, tais dimensões explicitam-se da seguinte maneira:

[...] a dimensão teórico-metodológica fornece ao profissional um ângulo de leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da ação, uma explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista. Possibilita a análise do real. A dimensão ético-política envolve o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. É responsável pela avaliação das consequências de nossas ações – ou a não avaliação dessas consequências. São as diferentes posições e partidos que os profissionais assumem. Já a dimensão técnico-operativa, é a execução da ação que se planejou, tendo por base os valores, as finalidades e a análise do real (SANTOS, 2013, p. 26).

Isto posto, destacamos que a dimensão socioeducativa relaciona-se diretamente às demais dimensões. Esta dimensão possui características específicas, dentre elas, pode-se destacar sua vinculação com a organização da cultura¹², podendo influenciar na maneira de agir e pensar dos sujeitos. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais possuem um viés educativo que traz em si um componente ideológico.

Nesse sentido, é importante atentarmos para a função pedagógica e educativa que o assistente social tem potencialidade para desenvolver em seu cotidiano profissional, a qual deve ser compreendida no cerne das relações sociais. Abreu (2011, p. 17) reflete que

¹² Para Gramsci, o conceito de cultura faz referência a um modo de vida, de sentir, de pensar e de agir (ABREU, 2011). Para compreendermos o processo de organização da cultura é fundamental entender o significado da ideologia, estudado por Gramsci, visto que esta tem “um peso decisivo na organização da vida social e se torna força material quando ganha a consciência das massas.” (SIMIONATTO, 1995, p. 73). Vale ressaltar que o processo de organização da cultura exerce uma função de grande relevância para as classes subalternas. Destacamos que quando encontra-se direcionada por uma perspectiva crítica que visa a transformação social, é possível potencializar a formação de uma consciência para si, propiciando a construção de uma contra-hegemonia. Desse modo, seria possível a construção pelas classes subalternas de uma nova e superior cultura, que consiste na construção de uma nova sociabilidade distinta da ordem capitalista. Este processo ocorre mediante um processo de luta por hegemonia na sociedade capitalista. Diante disso, destacamos que o assistente social possui uma função pedagógica, a qual está associada à elaboração e à difusão de ideologias no processo de organização da cultura, nesse sentido, envolve elementos que constituem as relações de hegemonia (ABREU, 2011).

[...] a função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social.

Considerando esses aspectos, pode-se inferir que o direcionamento ético-político articulado aos referenciais teórico-metodológicos e aos instrumentos e técnicas associados à dimensão técnico-operativa, vinculam-se a dimensão socioeducativa, a qual explicita a função social e educativa da profissão a partir das bases que fundamentam a atuação profissional. Nesse segmento, a opção por um projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora traz novos aspectos para as ações socioeducativas desenvolvidas pelos assistentes sociais, visto que objetiva romper com os mecanismos de exploração da ordem vigente.

Na mesma linha argumentativa, a análise de Nicolau e Santos (2016) apresenta que o exercício profissional é substancializado através de

[...] um conjunto de atos que transformam ideias e finalidades previamente construídas na consciência em um produto objetivado, tem uma dimensão educativa, uma das expressões da prática social, com particularidades e especificidades peculiares a esta profissão (NICOLAU E SANTOS, p. 383).

Como já exposto anteriormente, o Serviço Social é demandado por instituições e organizações para atuar no controle das expressões da questão social. Desse modo, tanto atende aos interesses do capital quanto do trabalho. Contudo, é possível criar estratégias que fortaleçam os interesses da classe trabalhadora. Ressaltamos que a maioria das demandas que chegam para o setor de Serviço Social nas instituições, como acontece nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS's) – equipamentos da proteção social básica previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) –, são de cunho material, todavia a ação profissional pode e deve ultrapassar esta esfera ao desenvolver um trabalho educativo que se atente para questões mais amplas e visem contribuir para o fortalecimento dos sujeitos sociais enquanto classe trabalhadora. Segundo Jacinto (2017, p. 81):

Ao viabilizar o acesso a um recurso material concreto ou contribuir com o acesso a um direito do usuário, o(a) assistente social não apenas repassa o material, mas o faz dentro de um processo educativo, que exige diálogo competente, troca de informações, orientações, potencialização da organização e mobilização dos sujeitos para a conquista dos seus direitos. A dimensão socioeducativa é, portanto, fundante da identidade do Serviço Social. O trabalho do(a) assistente social situa-se predominantemente no campo político-ideológico.

O trabalho do assistente social que é pautado em uma perspectiva crítico-dialética, hegemônica na atualidade que tem no Projeto Ético-Político profissional, a sua direção social, será marcado pelo desenvolvimento de ações socioeducativas que expressam “o vínculo de adesão e articulação com as ideias, os objetivos e as propostas que envolvem o projeto político da classe trabalhadora” (LIMA e MIOTO, 2011, p. 228). Nesse sentido, é de suma importância considerar que

Trata-se da ação socioeducativa referenciada no processo de construção e consolidação de uma “[...] pedagogia emancipatória pelas classes subalternas [...]”, construída a partir de condições sócio-históricas e político-ideológicas de elaboração e desenvolvimento do projeto profissional de caráter ético-político calcado no paradigma crítico-dialético (ABREU, 2002). Nessa acepção, a transformação é reconhecida como componente essencial porque, mais que transmitir e propiciar conhecimentos, a ação socioeducativa inicia um processo de conscientização pautado na apreensão crítica da realidade. Significa tanto o fortalecimento da autonomia dos indivíduos como sujeitos quanto a sua organização e mobilização em torno de necessidades comuns no campo da esfera pública. Tal compromisso amplia a luta pela efetivação do acesso aos Direitos e à Cidadania, mas tem como horizonte último a transformação social (LIMA E MIOTO, 2011, p. 214).

As autoras elucidam que no desenvolvimento das ações socioeducativas o profissional precisa ter clareza da finalidade das suas ações, o “por quê” e o “para quem” elas serão construídas, tendo em vista que possuem o potencial de fortalecimento de processos emancipatórios. As ações socioeducativas como toda ação humana consciente, é travejada por uma intencionalidade, e necessitam ser planejadas, executadas e avaliadas, entendendo a unidade dialética entre pensamento e ação presentes neste processo e a finalidade ética da profissão.

Com as ações socioeducativas, “espera-se contribuir com a formação de uma consciência crítica entre sujeitos, através da apreensão e vivência da realidade, para a construção de processos democráticos, enquanto espaços de garantia de direitos, mediante a experiência de relações horizontais, entre profissionais e usuários” (LIMA; MIOTO, 2011, p.216-217). Desta forma, no desenvolvimento dessas ações, os usuários não devem ser vistos como receptores de conhecimento, pois eles possuem suas vivências e experiências que também se traduzem em conhecimento, ainda que este não seja o esperado pelos profissionais. Neste processo, não cabe ao profissional o exercício do julgamento, pelo contrário deve-se pautar pela defesa da liberdade como valor ético central, não tutelando os usuários ou subalternizando-os.

As ações socioeducativas podem ocorrer nos atendimentos individuais e no âmbito das atividades grupais. Nos atendimentos individuais, acontece através de uma orientação social; de explicitação e viabilização de direitos sociais, objetivando romper com a ideia de ajuda; do diálogo enfatizando a importância da participação em instâncias de controle social, como os conselhos; da prestação de informações que buscam propiciar ao indivíduo a formação de uma reflexão crítica; etc. Já as ações socioeducativas realizadas grupalmente, podem vir a atingir um público alvo maior, e permite a interação e o diálogo entre os indivíduos sociais. Podem ser promovidos neste espaço, a democratização dos serviços presentes no espaço institucional, diálogo com os usuários a fim de identificar a realidade vivenciada por eles, situando às singularidades que permeiam às suas vivências cotidianas e ao mesmo tempo o caráter coletivo e que quando trabalhadas sob essa perspectiva podem ter maiores condições de serem atendidas pelo Estado, etc.

Nesse sentido, Giaqueto, Ligabue e Proença (2015), destacam que as práticas educativas têm potencialidade para desencadear processos emancipatórios, além disso, podem propiciar à ampliação da cidadania e do acesso aos direitos sociais. As autoras destacam que estas práticas estão vinculadas ao processo de construção da autonomia e da liberdade dos sujeitos. Dentre elas destacam-se:

[...] a reflexão crítica com os sujeitos para desmitificar a ideia de ajuda, para compreensão do direito conquistado; a viabilização do acesso aos direitos sociais; a troca de informações; a participação nas instâncias representativas, conselhos, movimentos sociais, entre outros; reuniões socioeducativas que agreguem novos valores à realidade social da população e socializem as informações relativas aos direitos sociais, na perspectiva de atender as reais necessidades e os interesses dos sujeitos; problematizar a realidade concreta e a busca de fortalecimento e mobilização coletiva, dentro de uma atuação crítica em consonância como o Projeto Ético Político (GIAQUETO, LIGABUE e PROENÇA, p. 7-8, 2015).

2.1 Exercício profissional dos assistentes sociais no CRAS: identificação das possibilidades de trabalho a partir da dimensão socioeducativa

Conforme explicitamos anteriormente, a dimensão socioeducativa perpassa às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e pode ser desenvolvida no exercício profissional a partir de ações socioeducativas nos atendimentos individuais ou grupais. Devido ao pouco espaço para serem trabalhados neste artigo esses dois âmbitos que podem materializar essa dimensão, optamos neste item por desenvolver nossas análises sobre às ações socioeducativas desenvolvidas pelos assistentes sociais que atuam nos CRAS's do município de Juiz de Fora/MG, tendo como destaque a realização de grupos educativos.

Desta forma, julgamos importante apresentar que 100% das entrevistadas afirmaram já terem realizado algum trabalho com grupos no seu exercício profissional, tendo em vista que os serviços executados pelo CRAS tais como, o Serviço de Proteção Integral e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) possuem como um dos seus objetivos o desenvolvimento de trabalhos em grupos com determinados públicos, e a partir das necessidades que as profissionais identificam no seu espaço sociocupacional. As profissionais relataram realizar grupos com o público atendido pelo Programa de Segurança Alimentar, adolescentes, descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, idosos e oficinas de emprego e renda.

Sobre a avaliação deste trabalho, as respostas enfatizam que são necessárias estratégias para uma maior adesão do público alvo, que

possibilitam um acompanhamento sistemático e contínuo dos usuários, que fortaleça o vínculo entre o profissional e o usuário, trabalhando na direção da defesa da coletividade e dos direitos sociais, dentre outros elementos. Um elemento que interfere, mas não define o trabalho socioeducativo, são as condições materiais e físicas no qual este é realizado. Na pesquisa de campo todas as assistentes sociais enfatizaram que nos CRAS's não existem salas adequadas que permitam a realização do trabalho coletivo, mas que devido à importância destas ações, procuraram buscar estratégias para dar continuidade aos trabalhos com grupos.

Eu acho que eles têm um efeito é... de valorização da coletividade, da gente poder pensar no outro, defender os direitos em comum, sabe!? Quando a gente chama eles, olha nós fizemos um grupo para falar sobre a conferência. Aqui no CRAS também, eu não sei se a X chegou a comentar, tem um grupo de mulheres que é muito efetivo, elas se reúnem uma vez por semana, e eu sempre vou lá falar alguma coisa pra esse grupo, o quê que é uma conferência, porquê é importante a gente participar; o CRAS sempre existiu? Não! Porque que ele passou a existir? Porque a gente passou a defender através dos conselhos um equipamento que, que promovesse a política, e assim se dão os avanços, né!? Então esses grupos são muito efetivos aqui dentro (ASSISTENTE SOCIAL -13).

A partir da fala da assistente social entrevistada pode-se identificar a importância de uma atuação profissional que ultrapasse o âmbito das respostas materiais, na maioria dos casos, diretamente relacionadas às estratégias de sobrevivência apresentadas pelos usuários. Conforme expressa a profissional entrevistada é importante desempenhar no CRAS ações que propiciem uma ampliação da cidadania e dos direitos sociais, o que pode ser alcançado através do desenvolvimento de ações socioeducativas tendo como suporte uma perspectiva crítica e, tendo como direcionamento o Projeto Ético-Político profissional. As entrevistadas destacaram a importância de construir uma “agenda de trabalho” junto aos usuários, partindo das necessidades por estes elencadas.

Eu acho assim que a gente tem que fortalecer o que existe, tem que qualificar o que existe, não deixar perder, não deixar assim diminuir, acho que a gente tem que ampliar né? Hoje, os CRAS de maneira geral trabalham muito a demanda individual que chega, porque ela chega mesmo, num tem como você esconder, você num pode fechar a porta ali e falar num vou atender mais. A demanda pro atendimento

individual ela é muito grande, mas isso a gente num fala assim em termos desse CRAS não, em termos de gestão a gente tem que começar pensar no direcionamento de trabalho pro trabalho coletivo, pro trabalho de grupo, pro acompanhamento de grupo você começa a direcionar o trabalho. (ASSISTENTE SOCIAL-10).

Consideramos os grupos de trabalho educativo desenvolvidos nos CRAS's, espaços privilegiados para a atuação profissional do assistente social, com possibilidade de influenciar nas maneiras de pensar e agir dos sujeitos que constituem seu público-alvo. As ações socioeducativas desenvolvidas nesses grupos podem levar a processos reflexivos, visto que possibilitam aos sujeitos uma ampliação de seus conhecimentos através da socialização de informações, assim como a "tomada de consciência" da situação vivenciada e a raiz desta situação. Ao desenvolver ações socioeducativas que não tutelam os usuários, os profissionais reafirmam o seu compromisso com os princípios da autonomia e da emancipação dos indivíduos presentes no Projeto Ético-Político profissional.

Entretanto, as profissionais explicitam algumas dificuldades presentes no dia-a-dia, conforme já sinalizamos a ausência de espaços que oportunizam o trabalho com grupos, o excesso de demandas, a baixa adesão dos usuários aos trabalhos socioeducativos, assim como o desconhecimento por parte de alguns usuários dos serviços que são ofertados no CRAS's, para além daqueles que se vinculam ao atendimento das demandas emergenciais. Estas questões demonstraram a necessidade de construir estratégias que promovam a publicização das ações desenvolvidas nesses equipamentos, a exemplo dos grupos educativos, além de criar estratégias de participação dos usuários nos mesmos. Para isto é fundamental o conhecimento da realidade na qual estes indivíduos se inserem e seus interesses, bem como uma dinâmica de organização, que seja capaz de alcançar uma maior adesão entre os usuários do CRAS. Ao se ter um direcionamento ético-político comprometido com a classe trabalhadora sob uma perspectiva emancipatória é possível trazer impactos positivos para os sujeitos, como por exemplo, gerar nos sujeitos um processo de reconhecimento enquanto classe trabalhadora, ao perceberem que as condições que perpassam sua vida cotidiana são comuns a maioria da população.

Considerando a importância da dimensão educativa do exercício profissional, que pode ser identificada nas ações socioeducativas em grupos, observamos na fala de uma das assistentes sociais entrevistadas, sua preocupação para que não se perca essa função de grande relevância e alcance social que pode ser desenvolvida pelos profissionais:

Então, isso que a gente tem que melhorar muito que a gente tem uma dificuldade muito grande nisso, que é principalmente em função da demanda e dificuldade em atingir as pessoas. Isso é uma coisa que a gente tem que pensar, tem que tá vendo direitinho porque a gente hoje peca nesse quesito aí que é um dos carros chefe na verdade do trabalho no CRAS, que é o trabalho de grupo, o trabalho socioeducativo com as famílias. (ASSISTENTE SOCIAL-09)

Nesse sentido é importante pensarmos nas potencialidades que o trabalho socioeducativo possui ao desenvolver ações embasadas por uma perspectiva crítico-dialética, com uma clara direção social de emancipação, que fortaleça nosso projeto profissional, e que podem vir a se constituir mecanismos de suspensão temporária do cotidiano e da alienação presente neste espaço.

Corroborando com esta análise, apresentamos a seguinte reflexão construída por Simionatto (1995, p. 246):

A *virtù* do Serviço Social, para utilizar um termo de Maquiavel, está em identificar como a teoria marxista possibilita, a partir de uma nova leitura da realidade, a construção de uma nova forma de relação com as classes subalternas no contexto da modernidade que vivemos hoje. É nesse sentido que o Serviço Social pode perceber a possibilidade desta articulação, tornando-a viável e concreta. Assim, na ação direta com os sujeitos sociais, com as situações cotidianas, o referencial teórico nos permite ultrapassar a perspectiva funcionalista de que “cada caso é um caso”, permitindo compreender as determinações sociais, culturais, políticas e econômicas que engendram tais situações. Coloca-se, assim, a possibilidade de passar da prática fetichizada, manipulatória e repetitiva para uma prática mais ampla, decorrente da teoria que a ilumina e a fundamenta.

Desta forma, a teoria social de Marx ao orientar o exercício profissional crítico, possibilita uma atuação profissional capaz de ultrapassar a aparência dos fenômenos, desvendando as suas nuances e determinações em uma sociedade de classes que produz e reproduz mecanismos de alienação.

Juntamente com o método crítico-dialético, o Projeto Ético-Político profissional, articulado a um projeto societário sem qualquer tipo de dominação, exploração e discriminação, reafirmam a importância da “inovação de práticas pedagógicas que garantam a elevação da consciência das camadas populares na formação da vontade coletiva como força decisiva na sua organização política” (Maciel e Cardoso, 1989, p.169). Ou seja, as ações socioeducativas quando desenvolvidas a partir do referencial marxista e com um direcionamento ético-político influenciam na maneira de agir e pensar dos sujeitos, potencializando a sua formação crítica e uma tomada de consciência.

Conforme já expomos, o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, considerando isto, Maciel e Cardoso (1989, p. 170) apontam para a sua intervenção direta sobre a realidade social, inscrevendo-se nas relações sociais enquanto uma prática pedagógica, “vinculada predominantemente às estratégias de dominação, podendo, conforme compromissos assumidos com a classe trabalhadora, constituir-se num instrumento a serviço dessa luta”. Tais aspectos demonstram a essencialidade de desenvolver um trabalho educativo em consonância com o Projeto Ético-Político construído pela profissão, pois somente assim, é possível desenvolver ações no cotidiano profissional que possibilitem ultrapassar o nível da alienação imposta nesta sociabilidade e potencializem processos de formação de consciência crítica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente é importante destacar os limites deste trabalho, no qual não é possível apresentar a riqueza do trabalho de campo, que possui informações destinadas a conhecer o exercício profissional do assistente social nos CRAS. Sendo assim, não se trata de um processo conclusivo, mas aproximações ao nosso objeto de estudo e alguns apontamentos que consideramos serem relevantes para o debate das ações socioeducativas consubstanciadas pelo Projeto Ético-Político profissional.

No contexto em que se desenvolve o exercício profissional, onde se é demandado um profissional “executor de políticas sociais”, com ações imediatas, exigências de produtividade, muitas vezes prevalecendo por parte das políticas sociais o incentivo aos atendimentos individuais, pontuais e pragmáticos, é necessário criar estratégias que permitam a suspensão temporária do cotidiano, tais como o desenvolvimento de ações socioeducativas alinhadas com um direcionamento social que corroborem com o Projeto Ético-Político e a construção de uma nova ordem societária. Desta forma, os profissionais no seu exercício profissional precisam ter a clareza do projeto profissional ao qual se vinculam, ou seja, da sua opção ética e política, pois conforme esclarece Iamamoto (2015) é possível por uma mesma ação atender às demandas do capital e da classe trabalhadora.

Desta forma, no exercício profissional do assistente social em qualquer espaço sócio-ocupacional, deve-se buscar construir estratégias profissionais e mediações que possibilitem a suspensão temporária do cotidiano¹³ e dos elementos que o compõem (imediatez, espontaneidade, superficialidade extensiva, heterogeneidade e pragmatismo). Nesse sentido, as ações socioeducativas desenvolvidas a partir de uma perspectiva crítico-dialética, com um direcionamento ético-político e uma postura investigativa, corroboram com os processos de desvelamento da realidade e da alienação.

Conforme Prates já destacava:

[...] resta reiterar que precisamos nos valer de todas as estratégias que possam aguçar nossa sensibilidade para desvendar a realidade concreta, ou alongar o olhar; todas as estratégias que possam contribuir para o desenvolvimento de processos sociais, ampliando nossas cadeias de mediação, o que pressupõe o necessário reconhecimento de que, sem a articulação entre razão e sensibilidade, não avançamos em processos que se queiram transformadores. E, por fim, que dentre estes processos, a análise das expressões dos sujeitos materializadas na arte – como matéria-prima – e pela arte – como estratégia pedagógica e de exposição – são, sem dúvida, uma potencial alternativa para o trabalho do assistente social (PRATES, 2007, p.232).

Portanto, apesar das inúmeras dificuldades, o assistente social deve resistir e insistir no trabalho junto à classe trabalhadora a partir das ações

¹³ Conferir HELLER (1989) e NETTO; FALCÃO (1987).

socioeducativas, pois conforme destaca Vasconcelos (2015, p.388) é possível exercer um papel educativo que “em todas as instâncias e momentos da atuação profissional, guarda a possibilidade de fomento da participação substantiva dos usuários no controle social e ampliação dos direitos sociais, para além do simples acesso/usufruto de um serviço”. Concomitante ao desenvolvimento de ações socioeducativas, entendemos que este cenário adverso, com o avanço de medidas neoliberais, intensificação do conservadorismo e ataque a democracia e aos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, é imprescindível uma postura investigativa no exercício profissional, que seja capaz de auxiliar a compreensão da realidade, das suas contradições e o desenvolvimento de ações voltadas para o fortalecimento das políticas públicas e do nosso projeto profissional crítico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Associação Municipal de Apoio Comunitário. c2018. Disponível em: <<http://amac.org.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

GIAQUETO, Adriana; LINGABUE, Helena de Paiva; PROENÇA, Jaíne. Processos emancipatórios e práticas educativas no serviço social. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2015. **Anais...** Londrina, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo4/oral/45_processos_emancipatorios....pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

IAMAMOTO. Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 77-85, jan./abr. 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Ações socioeducativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.211-237, jan./jun. 2011.

MACIEL, Marina; CARDOSO, Franci Gomes. Metodologia do Serviço Social: a práxis como base conceitual. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 3, 1989.

MOTA, Ana E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.

NICOLAU, Maria Célia Correia; SANTOS, Tássia Rejane Monte. O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 380-388, out./dez. 2016.

PAULO NETTO, José; FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1987.

PRATES, Jane Cruz. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 221-232, jul./dez. 2007.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexões Geraes**, Belo Horizonte, n. 3, ano 2, 2. sem. 2013.

SIMIONATTO, Ivete. **GRAMSCI: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.